

# Destaques da Imprensa

## VIVA O 7 DE SETEMBRO

### O que foi feito das promessas patrióticas das marchas e hinos?

**P**rimeiro, peguemos um taxi através do túnel do tempo e cheguemos a uma praça empoeirada. Nosso destino é um povoado perdido nos confins dos sertões – mas que não se esqueceu de que também faz parte da Federação. Está engalanado de verde e amarelo. É um Dia 7 de Setembro, o Dia da Pátria.

Crianças vestidas de azul e branco desfilam, impávidas, cantando hinos patrióticos. Seus passos lesto levantam a poeira. E as suas vozes entoam o mais esganado brado retumbante à mãe gentil, pátria amada, Brasil! E assim, debaixo de um céu tão deslumbrante quanto a Bandeira Nacional que o menino mais alto de todos carrega, as crianças marcham (*Avante, camaradas, ao tremular do nosso pendão...*), com fulgor cívico (*Avante, sem re-*

*celo, que em todos nós a Pátria confia...*) e as moleiras ardendo sob um sol abrasador. (*Aqui não há quem nos detenha...*).

Param em frente da escola, uma casinha modesta, como as suas vidas. Neste 7 de Setembro, porém, há uma novidade à porta da escola: um tosco palanque festivamente embandeirado, obra de um mestre carpinteiro, um orgulhoso pai de um ou vários desses meninos. Com certeza, um de seus filhos vai subir ao palanque e vai fazer bonito aos olhos e ouvidos da multidão, que já se aglomera à espera do melhor da festa. E eis que chega o grande momento. Uma criança atrás da outra sobe ao palanque, com seus papéis decorados, linha por linha, palavra a palavra, em dias e dias de ensaio, como a professora, cheia de moral e civismo, ensinou.

Primeira criança: *Auriverde pendão da minha terra/Que a brisa do Brasil beija e balança/Estandarte que a luz do sol encerra/*

*As divinas promessas da esperança...*

A segunda: *Criança, não verás país nenhum como este...*

Terceira criança: *Eia, pois, flores da Pátria/Esp'rançosa mocidade/Que os Andrades e os Machados/Do alto da Eternidade/Contentes vos abençoam/No dia da Liberdade.*

Nossos olhos passeiam pela pracinha quieta. Silêncio. Ninguém tuge nem muge.

Os olhos da multidão chegam às lágrimas. Homens e mulheres rudes daquele ignoto sertão bradam em uníssono: *Viva o Brasil!* Nesse 7 de Setembro, todos dormirão o sono dos anjos e terão bons sonhos.

Não há por que preocuparem-se com o destino dos seus filhos. A Pátria é mãe gentil.

Regressemos da viagem às baladas da infância perdida, na era Vargas. Podia até haver uma certa inspição fascista na parada, o que pouco importava, até porque desconhecíamos o que isso significava. Sim-

plesmente marchávamos. Com galhardia. Não para o *pays de cocagne*, de Charles Baudelaire, mas para o de Castro Alves, o que bradava pela voz daqueles meninos:

*Livrar a terra natal/  
D'aviltante servidão.* O que foi feito dessas promessas, professor?

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 02.09.00, e assinado pelo romancista Antônio Torres)

## QUE FORÇAS ARMADAS?

**E**m artigo no JB de 28.05.00, o jornalista Fritz Utzeri levantou a questão das Forças Armadas adequadas ao Brasil e propôs a discussão do assunto. Esse artigo é uma contribuição para a discussão que, infelizmente, pouco interessa à sociedade, anestesiada por 140 anos de ausência de ameaça externa sensível, e ao mundo político, porque a defesa nacional não tem *apelo* eleitoral.

É fundamental ao tema responder à pergunta: o que o Brasil precisa em termos de dissuasão/atuação militar, onde, em que grau e com quais propósitos? Da resposta *política* decorrerão

orientações racionais para o preparo militar. Conjeturemos a respeito.

Os sistemas militares são, em tese, parametrados pelos conflitos entre Estados por contenciosos territoriais, econômicos ou ideológicos, que inspiraram tanto as concepções estratégicas clássicas e suas adaptações, ajustadas, operacionalmente à evolução da tecnologia como as Forças Armadas protagonistas das longas campanhas e violentas batalhas dos últimos séculos. Esse ideário tem sido o fundamento, mais teórico do que prático, do preparo militar brasileiro, mas qual seria sua validade na ordem que se esboça para o século XXI, em particular, para a inserção do Brasil nela?

Sem entrar no mérito das razões, o fato é que serão improvabilíssimas as grandes guerras entre blocos nucleados pelas maiores potências e, de qualquer forma, tais guerras não deveriam mesmo influenciar nosso preparo militar, irrelevante nelas. Quanto aos conflitos regionais, eles não justificam grandes preocupações na América do Sul, onde são também improvabilíssimos e, se ocorrerem,

serão limitados em intensidade e área de operações, por inexistência de razões *de vida ou morte* e por falta de fôlego que é, aliás, assimétrica em benefício do Brasil.

Apesar disso, convém-nos ter a capacidade adequada para ajudar a dissuadir ou para abortar rapidamente a insana hipótese e útil para, sem ilusões ufanistas, indicar que pressões sobre o Brasil no quadro dos motivos da nova ordem (meio ambiente etc.) terão custo acima de zero.

Nosso preparo militar precisa estar atento também a problemas como a criminalidade transnacional e os conflitos em países vizinhos, que possam extravasar fronteiras ou pôr em risco interesses brasileiros vitais. E, é claro, precisa estar atento à participação em forças internacionais, em regiões distantes, simbólica, em apoio à legitimidade da ação.

Nenhuma dessas preocupações justifica sistemas de armas que não se enquadram em concepções operacionais de defesa ou proteção de interesses vitais. Tais sistemas, além de induzirem suspeições e absurdas corridas armamentistas,

onerariam desnecessariamente o nosso povo.

Portanto, reportando-me ao artigo referenciado, nem as *milícias* desejadas pelos Estados Unidos nem o *Exército nas ruas*, no serviço rotineiro da segurança pública, nem as Forças Armadas para longas e intensas guerras clássicas. Precisamos, sim, de núcleos convencionais ajustados à inserção do Brasil no mundo e regional, tecnologicamente modernos mas dimensionalmente modestos (a tecnologia torna prescindíveis os grandes números mas requer competência profissionalizada), para atender a defesa nacional conforme delineada acima. E precisamos de unidades para o controle de fronteiras permeáveis, do mar sob jurisdição brasileira e do espaço aéreo. Finalmente, seria absurdo preferir a ocorrência de tragédias, ao emprego das Forças Armadas na ordem interna, mas esse emprego, em situações graves e sujeito ao prescrito na Constituição e na lei, pode ser atendido pela estrutura esboçada.

Em última análise, o que interessa ao Brasil hoje é proteger-se num contexto de bom relacionamento

com seus vizinhos, enquanto se desenvolve e resolve seus problemas internos. Feito isso, a projeção estratégica adequada ocorrerá, como ocorreu com os Estados Unidos na virada do século XIX para o XX. Atropelar a evolução com veleidades prematuras de potência ou almejar prematuramente presença estratégica ponderável na ordem global são pretensões inócuas e prejudiciais e (ou) fruto de influências doutrinárias corporativas. E fazer do poder militar polícia é desmitizá-lo e inutilizá-lo como instrumento de defesa numa eventual necessidade futura. Encontrar o equilíbrio sensato é o desafio que se impõem hoje.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 26.06.00, e assinado pelo Almirante-de-Esquadra Mário César Flores).

## REFLEXÕES SOBRE OS MILITARES

**H**á um paradoxo na evolução de 64 que ainda permanece inexplicado. A revolução tinha duas vertentes. Os militaristas, aqueles que agregaram

poder político ao poder militar, e os profissionais, aqueles que, ficaram na tropa, entregues aos seus deveres. Os primeiros comandavam a política; os segundos carregavam pedras, sustentáculos do regime.

Todos julgávamos que os militares tinham dado às suas corporações condições boas de apoio logístico, aparelhamento, modernização, adestramento, instalações e equipamentos. Qual não foi a minha surpresa, quando assumi o Governo, ao encontrar uma situação de grandes dificuldades nas Forças Armadas. O regime militar não se ocupara da sua própria área. Os militares profissionais foram abandonados pelos militares políticos.

Os verdadeiros profissionais, patriotas com alto senso do dever, apanharam dos dois lados, dos seus colegas e da hostilidade do meio civil, ressentido pelos anos de poder castrense.

A partir de 85, desapareceu a agregação de poder político ao poder militar, que voltou a formar uma só classe, dos profissionais, voltando aos quartéis. A transição democrática foi feita com os militares, e não contra os militares, que não

podem pagar, como instituição, pelo erro de alguns dos seus setores.

Na Constituinte, definimos o papel dos militares, subordinados ao poder civil, síntese de todos os poderes.

Nenhuma nação moderna pode prescindir de Forças Armadas, adestradas e preparadas para sua defesa e existência. Há um velho provérbio latino, muito gasto, que diz: *Si vis pacem, para belum, ou se queres a paz, prepara-te para a guerra*. Hoje, o mundo mudou, as guerras são globais, mas os conflitos regionais estão latentes e fazem parte da visão estratégica das grandes potências. As Forças Armadas são encarregadas, também, da manutenção da ordem e das instituições. Elas têm de estar preparadas para participar de missões internacionais de paz, o que assegura prestígio internacional ao País e condições de opinar nas decisões mundiais.

É natural que, com as mudanças permanentes que ocorreram no mundo, podem ser repensadas adaptações e correções de rumo. Assim, o debate sobre o tema, hoje, é boa oportunidade para examinarmos o assunto.

Uma preocupação que o Brasil tem de ter é a de preparar suas Forças Armadas, hoje sucateadas, desprestigiadas e sujeitas a tantas incompreensões, para cumprir sua missão. Estar presente nas fronteiras secas da Amazônia, adestradas para enfrentar conflitos que possam comprometer a segurança, a soberania e a ordem interna. Sepultar ressentimentos contra a instituição que, como todas, não pode pagar por erros históricos.

Isso não impede que, no conjunto da segurança coletiva, elas colaborem, treinem pessoal, participem de operações de inteligência e ações especiais, mas sem jamais comprometer sua função de defender a soberania do País, o respeito à integridade nacional. O urgente, agora, é uma FAB que voe, uma Marinha que zele pelo litoral e um Exército apto a defender a soberania e as instituições.

Sem Forças Armadas eficientes, o Brasil será um gigante inerte e vulnerável. Quem tem a Amazônia não pode descuidar de sua defesa.

(Reprodução de artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, edição de 02.06.00, e assinado pelo Senador José Sarney).

## TIBIEZA NÃO RESOLVE

Certa vez, em artigo publicado em o GLOBO, eu disse que as críticas deveriam ser justas para não induzir à revolta. A revolta dos homens de bem, dos justos, dos profissionais responsáveis pela segurança pública, pode criar situações difíceis na atual conjuntura.

A atuação dos criminosos, dos traficantes de drogas, dos contraventores, dos sem-teto, dos sem-terra e dos sem-rumo, já causa sérios prejuízos à sociedade, mas é plenamente justificada, compreendida e defendida por diversos segmentos e organizações desta mesma sofrida sociedade.

Eles podem pôr a culpa no Governo, na injustiça social, na falta de escolas, na precária estrutura de apoio à saúde no retardo da reforma agrária, na estrutura de segurança pública e na polícia, por sua truculência, despreparo e erros que comete.

Esses bandidos, narco-trafficantes ou baderneiros, estimulados pela mídia, não perdem a oportunidade de procurar obter vantagens, incitando à revolta, ao quebra-quebra, à ocupação de

patrimônio público e privado, em visível desrespeito às leis e às autoridades. Prosseguem incendiando ônibus, fechando o comércio, as ruas, os túneis, saqueando e impedindo o ir-e-vir, com muita naturalidade, sempre criticando a polícia como a principal responsável pelos atos de vandalismo por eles praticados.

Os governantes fazem parte da elite política que se supõe responsável e respeitada, pois foram escolhidos através do voto do nosso eleitorado, supostamente consciente, e, por isso, têm responsabilidades e deveres perante a sociedade, na busca do bem comum. Razão por que não podem agir como egoístas ou demagogos, aproveitando-se de seus próprios erros para tirar proveito político ou eleitoral. Eles devem refletir antes de falar, lembrando que as atitudes de um líder devem se basear em princípios éticos e patrióticos, com sacrifícios voluntários em benefício da pátria, para atingir o tão almejado bem-estar social ou bem comum.

Quando uma autoridade procura desacreditar uma instituição permanente que é responsável pela

ordem pública, ela está perdendo a credibilidade como governante e o respeito como autoridade.

A atual crise de segurança pública e o aumento de criminalidade, no Brasil, devem-se mais à crise de autoridade, por falta de vontade política dos governantes, do que à incapacidade ou incompetência do atual aparelho policial.

No bojo desta questão está a controvérsia quanto ao emprego das Forças Armadas no combate à violência urbana. As Forças Armadas têm destinação constitucional específica, e seu emprego é justificável apenas quando a situação se agrava pondo em risco a segurança da Nação. As autoridades já expuseram, com propriedade, seus argumentos, e um deles é: *Para atuar no combate à violência urbana, temos os Batalhões de Operações Especiais e existentes nas polícias que são muito bem preparados, bem instruídos e competentes.*

É injusto o rótulo que se coloca de total incompetência das polícias. O policial civil ou militar é um ser humano, com virtudes e defeitos, que precisa ser respeitado como representante da autoridade pública.

Quando falta vontade política de exercer a autoridade, no escalão superior, o policial sente-se inseguro e desamparado. Esta é uma das grandes causas de insegurança pública.

Existe um velho adágio no meio militar: *Depois da batalha, todos são generais.* No recente episódio do seqüestro do ônibus 174, após o desfecho, todas as vozes (repórteres, autoridades, transeuntes, telespectadores) eram de *generais* conhecedores do assunto e críticos severos, mas todos em seus gabinetes e fora do perigo. Na ação estavam policiais preparados e competentes. Comandante e subordinados, todos a *priori* condenados. Isso é possível?

O comandante assumiu riscos, o soldado agiu com determinação e coragem. Puxou o gatilho para cumprir o seu dever, para evitar o mal maior, colocou o bandido enfurecido fora de ação, mas houve uma vítima que sofreu, foi torturada durante o seqüestro e perdeu a vida. Lamentar a perda e minimizar os seus efeitos são gestos humanos, religiosos e obrigação das autoridades.

Condenar um policial, que cumpriu com o seu dever, é um gesto diabólico.

Qual é a polícia que a sociedade acuada deseja?


Tibieza não resolve a violência urbana. É preciso coragem e vontade política para enfrentar a questão. Por que não começar com uma campanha de obediência civil, substituindo tantas de protesto?

É necessário tomar medidas para restabelecer a dignidade das instituições policiais e enfrentar a criminalidade e o crime organizado.

É conveniente restituir o respeito ao policial como símbolo da autoridade pública, antes que os homens de bem, profissionais competentes, engrossem as hordas dos descontentes.

(Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 18.07.00, e assinado pelo Coronel Noaldo Alves da Silva).

## APRENDENDO A COMPETIR

 Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) promoveu, nos dois últimos dias, em Brasília, o Congresso Brasileiro de Siderurgia. Ao longo dos trabalhos, discutimos as tendências da siderurgia mun-

dial, que passa hoje por um processo de reestruturação, e as perspectivas das empresas que atuam no Brasil.

Somos hoje o oitavo maior exportador bruto e o quarto maior exportador líquido de produtos siderúrgicos do mundo (US\$ 3 bilhões/ano), nossa indústria está entre as mais competitivas e rentáveis, mas enfrentarmos um grande desafio: aumentar a produção anual das atuais 24-25 milhões de toneladas, no caso do aço bruto, e 16-17 milhões de toneladas, no caso de laminados.

Por que a produção se mantém estabilizada há cinco anos? Eis aí a grande questão. De nossa parte, entendemos que a indústria siderúrgica nacional é um dos setores mais saudáveis da economia. Nossas empresas são rentáveis (basta verificar seus resultados), competitivas (a abertura do mercado não as afetou), produzem a um baixo custo e têm capacidade instalada para atender aos mercados interno e externo. Os baixos custos de produção são atribuídos, superficialmente, à existência de mão-de-obra barata e de recursos naturais em abundância. Na realidade, a nossa maior

vantagem competitiva está na excelente qualidade da matéria-prima utilizada, o minério de ferro. Os outros fatores que determinam custos – combustíveis, energia elétrica, carvão, refratários, eletrodos – têm aqui preços internacionais.

Por causa dos encargos trabalhistas, o custo da mão-de-obra também se assemelha ao de outros países.

Chegamos, assim, a outra constatação. A de que o aumento da produção nacional de aço e laminados depende mais de fatores externos. Internamente, temos um parque industrial que está entre os melhores e mais sofisticados do mundo: adotamos métodos gerenciais modernos, utilizamos mão-de-obra qualificada e dispomos de infra-estrutura e logística excepcionais para a produção de aço. Externamente, somos impedidos de crescer em função de fatores mercadológicos, tributários e financeiros.

Vamos às explicações: o consumo interno de aço e laminados vem se mantendo relativamente estável, há cinco anos, em 14 milhões de toneladas. O que pode ser explicado pelo baixo desempenho da economia no período, quando o governo

teve de fazer um enorme esforço para controlar os gastos públicos e promover o ajuste fiscal. Como resultado da política econômica restritiva, para não dizer recessiva, houve uma queda considerável na produção das indústrias automobilística e de construção civil, setores responsáveis em maior parte pelo consumo interno de aço e laminados. Como se não bastasse, enfrentamos também restrições no mercado externo, onde os países desenvolvidos criam barreiras protecionistas à entrada de produtos nacionais.

Outro fator limitativo do crescimento é o sistema tributário em vigor. Precisamos, como propõe a Ação Empresarial, de um sistema de impostos mais simples e transparente, que promova a isonomia competitiva entre produtos nacionais e estrangeiros. O novo modelo, já em debate e votação no Congresso Nacional, terá necessariamente de eliminar os impostos cumulativos, ou *em cascata*, seguindo o conceito básico de que *o imposto pago que incidir em qualquer fase anterior não integrará a base de cálculo da fase seguinte*.

Finalmente, a questão dos encargos financeiros. A indústria siderúrgica nacional expandirá mais facilmente sua produção se puder contar com taxas de juros internas mais baixas, semelhantes às praticadas no mercado internacional. Trabalhamos hoje com juros de 15% a 20%, competindo com indústrias que financiam seus investimentos a 6% lá fora.

Nós, representantes da indústria siderúrgica, chegamos à conclusão de que é muito difícil competir em um mercado globalizado, mesmo com boa estratégia, quando a conjuntura interna é desfavorável. Conscientes disso, defendemos uma participação cada vez maior dos empresários, por meio de instituições como o IBS, no debate dos grandes temas nacionais. Queremos e devemos influir, de forma positiva, na definição de políticas públicas que afetam nosso desempenho e emperram o desenvolvimento do País.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 01.06.00, e assinado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Antônio José Polancayk).

## EXPLORAÇÃO MINERAL E PIB

Canadá e Austrália desenvolveram-se com base no aproveitamento intensivo dos seus recursos minerais. Geologicamente, Brasil, Canadá e Austrália são similares, além de possuírem dimensões continentais. Como geologia e extensão territorial condicionam as possibilidades minerais de um país, infere-se a elevada potencialidade do Brasil para a indústria de mineração.

Entretanto, enquanto no Canadá e na Austrália esse setor responde por cerca de 10% a 15% dos respectivos PIBs, no Brasil ele patina em torno de 2%. Ao contrário do Canadá e da Austrália, não há uma cultura mineral no Brasil, apesar do ufanismo envolvendo as nossas riquezas, até mesmo as desconhecidas. Chegou-se a criar um monopólio estatal sobre o petróleo antes de que existissem reservas desse bem no País, ou a fechar o setor a investimentos estrangeiros, de 1988 a 1995, ainda que apenas a CVRD fosse o único grupo brasileiro investidor em exploração, ou seja, na busca de jazidas.

Tal atividade, etapa inicial de longo prazo, alto risco e fluxo de caixa negativo, mas indispensável e propulsora da mineração como, segmento produtivo, está na infância no Brasil. Embora representando 36% do território da América Latina o País tem recebido somente 5% dos investimentos em exploração da região. Apesar dessa fragilidade, a exploração mineral no Brasil ainda passou a ser onerada com taxas lineares pela ocupação de áreas, objetivando *penalizar o especulador*, um ser execrado pelo provincianismo do capitalismo vigente no País. Os seus criadores confundiram especular, que também inclui assumir riscos, com imobilizar. Desconheceram que o especulador, assim como o poupador e o investidor, é agente das economias de livre mercado e que não é ele o responsável pela estagnação do setor. Esta decorre, entre outras razões, do total descaso do poder público para com a área mineral e da extrema permissividade na administração do Código de Mineração. O que acontece agora é uma situação de forte repressão arrecadadora, igualmente geradora de imobilismo.

Essas taxas penalizam particularmente os pequenos investidores, importantes geradores de oportunidades, mas não impedem que áreas de dimensões gigantescas e de boa qualidade sejam imobilizadas ou subexploradas por grandes corporações. É inimaginável, por exemplo, que no Canadá ou na Austrália uma única empresa consiga deter o controle e subexplorar, por mais de 30 anos, praticamente sozinha, uma província mineral inteira do porte de Carajás. Lá, provavelmente essa província há muito já estaria fatiada entre dezenas de investidores, explorando-a adequadamente e alavancando negócios.

A questão, portanto, é mobilizar sem onerar ou onerar menos e com racionalidade. Não se trata de propor a extinção das atuais taxas de ocupação, inclusive porque elas já fazem parte das fontes de receita previstas para financiar o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), órgão cartorial, fiscalizador e normatizador da atividade de mineração no Brasil. Mas, ao invés de serem lineares, as taxas teriam gradações, partindo da isenção e sendo progressiva-

mente maiores quanto maior fosse a área de ocupação. Além disso, detentores de direitos para exploração mineral no Brasil deveriam apresentar descartes das áreas ocupadas, sem possibilidade de artifícios legais, obrigatoriamente e em prazos preestabelecidos.

Os recursos internacionais para exploração encolheram drasticamente e o Brasil é considerado menos prioritário do que alguns dos seus vizinhos dos Andes - região tradicional e comprovadamente fértil do ponto de vista mineral -, mais especificamente em relação ao Chile, Peru e Argentina. Quando os capitais disponíveis para exploração mineral eram fartos, esses países foram competentes para atraí-los, enquanto o Brasil rechaçou-os. As conseqüências foram o descrédito e a consolidação das atividades naqueles países. As condições institucionais, legais e tributárias brasileiras precisam, portanto, ser significativamente mais atraentes do que a dos nossos competidores latinos. Hoje elas continuam precárias, sendo necessário desonerar, desburocratizar, melhorar os fundamentos e garantias legais e elevar sig-



nificativamente os investimentos públicos em levantamentos geológicos básicos com mapeamentos, geoquímica e aerogeofísica.

A recente proposta baseada no modelo canadense de incentivar a atividade através de renúncia fiscal parece ter sido abatida no nascedouro. Bolorenta e inconsistente, pretendia-se com ela, apesar da desordem macroeconômica e das demandas sociais emergenciais do País, que a sociedade também financiasse pretensos investidores refratários ao risco da exploração mineral.

Mas alguma luz começa a ser percebida no fim do túnel. O DNPM reforma-se e empenha-se em ser mais ágil, enquanto aguarda a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM), que o sucederá. Também digna de registro é a contratação de recobrimentos aerogeofísicos na Amazônia, o que não acontecia desde o projeto Radam, no final da década de 1960. Da mesma forma, estão sendo contratados levantamentos aerogeofísicos pelo Estado de Minas Gerais. É um recomeço após duas décadas de retrocesso. Todavia, o setor necessita de muito

mais dever de casa do poder público para tornar-se competitivo e elevar maciçamente os investimentos privados de risco na busca de jazidas minerais. Não há outra maneira de aproveitar o potencial brasileiro fazer da indústria de mineração uma importante alavanca de expansão do PIB e de desenvolvimento para o País.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 23.06.00, e assinado pelo Geólogo Fernando F. Cruz).

#### A EXCLUSÃO DA CLASSE MÉDIA

A igualdade é pressuposto básico da democracia, que, sem ela, não tem condições de sobreviver. Parece primário, mas a tese é ampla e, com oportunidade, pode ser colocada na atualidade do Brasil. Segundo estudo recente do BIRD (Banco Mundial), existe entre nós uma espécie de desesperança crônica que prejudica o desenvolvimento sustentável e, de certa forma, enfraquece a democracia.

Na última edição da revista *Vêja*, o colunista Sérgio Abranches, em artigo

intitulado *Pessimismo econômico*, traz números que deveriam contradizer essa desesperança. Mas ele mesmo reconhece que existe um sentimento de mal-estar econômico tão real quanto a queda da inflação. Que esse desconforto vem do medo do desemprego, das dificuldades para saldar compromissos, da frustração de planos de consumo. Seu artigo finaliza com algum otimismo, dizendo que aos poucos os brasileiros voltarão a ter melhores perspectivas. Uma conclusão com a qual não posso concordar integralmente, sobretudo diante de um governo atual tão distante e indiferente à opinião pública. A longo prazo, números podem resolver e apenas parte da questão. Para a reversão de expectativas para um futuro melhor são necessárias algumas mudanças fundamentais na condução da política econômica. A desesperança não é gratuita e remonta a várias turbulências em que se jogou nação.

A verdade é que não se pode simplesmente esquecer o passado. Desde 64, o País vem sofrendo alternâncias de crises, de confiscos e desilusões. Depois de toda a opressão imposta pelo

regime militar, os brasileiros sofreram uma série de golpes frustrantes na economia, desde a crise do México, a moratória, os planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor, fechando o ciclo com a desvalorização cambial do ano passado. E tudo isso dentro de duas décadas de atraso, onde o PIB cresceu apenas pouco mais de 0,2% ao ano. Nossa distribuição de renda agravou-se ainda mais, a ponto de ser considerada uma das piores do mundo. Serão explicações razoáveis?

A meu ver, como já escrevi em artigo do mês passado, ocorreu uma espécie de deterioração do sentimento de nacionalidade. Admito também agravada por uma ruptura nas regras do jogo cooperativo entre os três parceiros da economia: os trabalhadores, os empresários e o Governo. E nesse sentido o artigo do Deputado Delfim Netto, publicado no jornal *Valor* (11.07.00), que afirma: *É preciso construir instituições que sem prejudicar a eficiência, garantam aos trabalhadores uma realidade paliativa, uma faceta fundamental da aspiração por 'igualdade' que persegue o homem. A sobrevivência da*

*democracia exige que eles se percebam parte integrante e respeitada do processo de crescimento da sociedade e não seres alienados para os quais o desenvolvimento material e a liberdade são irrelevantes. A seguir afirma ser preciso dar ao cidadão perspectivas de cooperação como parceiros, de liberdade criativa e de relativa igualdade. Essas funções seriam das empresas, mas cabe ao Governo criar o ambiente estimulador para esse novo conjunto de regras, o que permitiria a competição sem a perda da perspectiva. E termina seu artigo com um alerta: *Crescimento pela competição num regime democrático é o nome do jogo. Mas é preciso cuidado e sensibilização, porque o fundamentalismo mercadista pode fazer muita coisa, mas não pode garantir a relativa igualdade entre os indivíduos, um valor que eles jamais deixarão de perseguir.**

Vou além e acrescento que para essa tarefa de administração do jogo não se pode contar com o atual Governo, não só pela sua falta de sensibilidade, como também pelo fato de ser ele, o Governo, o principal foco de desestabilização eco-

nômico-social. O que corre para tanta desilusão não são só os espetáculo a que estamos assistindo de corrupção, impunidade e irresponsabilidade generalizada. A perda do sentimento de nacionalidade tem muito a ver com a desnacionalização da nossa economia, com a invasão de empresas estrangeiras, numa espécie de demonstração prática de que o brasileiro é incapaz de gerenciar e produzir, devendo se restringir apenas à função de rentista, como se dizia no século XIX.

Todo esse processo promoveu a exclusão da classe média do debate e do cenário econômico. Mandaram-na deixar suas empresas para mãos mais eficientes e que fosse viver de aluguel. O Governo atual, com essa política, sinalizou com clareza que o Brasil não terá grandes empresas de expressão internacional, não terá suas multinacionais. Não estará aí, justamente nessa política de alienação patrimonial, uma das principais razões da desesperança e do pessimismo atual do brasileiro?

Por tudo isso, quando leio ou ouço esses apanágios antigos do liberalismo como o do Estado fraco, da

globalização, da mão invisível, fico imaginando qual será a reação da opinião pública quando afinal acordar e perceber que lhe tiraram tudo e sequer restou o alu-guel. Será que teremos de esperar e pagar para ver chegar esse momento trágico? Não será melhor que, sobretudo como obrigação da maior parte dos formadores de opinião, se comece logo a reagir e a defender os legítimos interesses nacionais?

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 16.07.00, e assinado pelo jornalista Barbosa Lima Sobrinho).

## EM BUSCA DO PRÍNCIPE ENCANTADO

**N**a outra sexta-feira, dia 7, pouco depois das 7 horas da noite, minha mulher lembrou-se de que devíamos apagar as luzes, acender uma vela e expô-la no peitoril da janela. Era o dia do *Basta! Eu quero paz*. Feito o que se devia, fui eu mesmo à janela ver como se comportava a vizinhança e pude constatar que as velas, na minha rua, não eram muitas, mas também não era nenhuma. Moramos num canto isolado do Le-

blon, no Rio, onde a efervescência da participação e do civismo não é das mais altas, mas, ainda assim, não fazíamos vergonha.

Lembrei-me então da última vez em que havia visto as janelas do Rio iluminadas por velas votivas: no anoitecer do dia 13 de março de 1964. Eu mesmo, naquele dia já tão distante, estava hospedado num hotel em Copacabana e, desde cedo, tinha visto passar pela avenida caminhões e caminhões de manifestantes, armados de faixas e gritando *slogans*, a caminho do grande comício que ia haver mais tarde, diante da Central do Brasil.

À hora combinada, passou pelo hotel meu amigo Flávio Rangel e fomos os dois, no seu Fusca, ver de perto o comício. Estivemos por lá talvez uma ou duas horas, vendo tudo e ouvindo os primeiros oradores, no grande palanque montado lá longe e cercado pelos partidários mais fiéis. Era, na verdade, uma grande demonstração de força do Governo central, que jogava na mesa todos os seus trunfos. Mas Flávio e eu logo concluímos que o melhor era voltar para casa e ver na televisão os principais

discursos, até o solene encerramento que seria feito por Jango Goulart, em pessoa.

Na viagem de volta, da Central até a Lagoa, passando pelo Flamengo, por Botafogo e Humaitá, já noite caída, surpreendemo-nos vendo, nas janelas dos prédios, centenas e centenas de pequeninas velas acesas. Era a cidade que protestava em silêncio; era a maioria de mulheres e homens (mais mulheres que homens) que iria marchar pelas ruas do Rio e de São Paulo, nas célebres passeatas dos cem mil, contra os propósitos governistas. Menos de três semanas mais tarde, o Governo havia caído. Jango e Brizola fugiram para o Uruguai e lá se homizaram; mas o suspiro de alívio logo morreu na garganta; iniciava-se a longa marcha dos regimes militares, que ia durar 20 anos, até 1984, o ano da campanha *das diretas* que acabaria elegendo Tancredo Neves e forjando a ampla aliança política que até hoje, bem ou mal, nos governa.

Estaremos voltando, hoje, ao ponto de partida? Velas nas janelas, gente vestida de branco nas ruas, e em muitos corações, ainda mal formulado e inseguro, um anseio de mudança e de afir-

mação que, nos afoitos e mais impacientes mal escondo a preferência por um governo realmente *forte*, capaz de impor *lei e ordem* e de acabar com essa espécie de desordenada bagunça que hoje tão fortemente se reflete no espelho (torto?) da televisão e da imprensa.

A inflação cai, mas os preços sobem, decretados pelo próprio Governo. Proclama-se um Plano Nacional de Segurança Pública, mas ninguém se sente mais seguro nas cidades ou nas estradas, a não ser talvez os próprios assaltantes. Um regime severo corta ao mínimo o salário-mínimo e frustra as expectativas de aposentados e funcionários públicos, enquanto o Governo despeja BILHÕES em programas a fundo perdido, como esse da picaretagem agrária do MST, suposta reforma que na verdade não é reforma nenhuma, mas apenas uma mistura de demagogia e *fi-siologia*, debaixo do véu espesso da *nostalgia ideológica* do presidente e dos que dela se servem para desmoralizar o próprio Governo e estimular no País a violência e o desrespeito à lei e às instituições.

A culpa é do presidente, a culpa é da mídia, mas a

culpa é também de nós todos; da classe média e, até, do povão. Confundimos, vacilamos e hesitamos diante de uma realidade que é a nossa, mas não parece tão simples assim.

Talvez o que melhor exprima e reflita essa nossa peculiar confusão seja a frase de uma das sobreviventes do célebre ônibus 174: *Eu não queria que o Sandro (o bandido) morresse; queria que ele não existisse ou tivesse existido*. Em outras palavras: bom seria viver numa sociedade onde não houvesse bandidos (existe isso?) ou, então, dispor de uma varinha mágica que fizesse seqüestrador sumir; não propriamente morrer, mas transformar-se, quem sabe, num sapo ou numa perereca ecológica. (Ou num príncipe encantado.)

Apesar das velas na janela e de toda essa tremenda confusão de sentimentos e idéias que nos paralisa e nos impede de agir com a necessária eficiência e unidade de propósitos, a verdade é que, entre 1964 e 2000, não são poucas as diferenças; e ninguém, nem mesmo o pior dos pessimistas (nem mesmo o Brizola, de volta do Uruguai) ousaria dizer que estamos à beira

do desastre. Ao contrário. Basta ler com atenção o que escrevem Miriam Leitão, Carlos Sardemberg, Rolf Kuntz ou Suely Caldas, para perceber que estamos a ponto de embarcar no que os economistas chamam de "círculo virtuoso". Uma dessas correntes ascendentes que permitem aos atobás e aos urubus subirem acima das nuvens, até o céu azul, lá no alto.

Os círculos virtuosos não duram para sempre, porém, e há mesmo os que temem que este de agora, que deveria levar-nos pelo menos até o fim do governo do Fernando Henrique, possa estar correndo o risco de frustrar-se por força da crise política e das vacilações do Governo, não atinjam a decisiva esfera econômica e da estabilidade monetária.

(Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 16.07.00, e assinado pelo jornalista Fernando Pedreira).

## QUE É FASCISMO?

**B**enito Mussolini resumiu a doutrina fascista numa regra concisa: *Tudo para o Estado, nada*

*contra o Estado, nada fora do Estado.* No Brasil, se você é contra essa idéia, se você é a favor da iniciativa particular e das liberdades individuais, logo aparece um chimpanzé acadêmico que tira daí a esplêndida conclusão de que você é Benito Mussolini em pessoa. E não caia na imprudência de imaginar que essa conversa é demasiado pueril para enganar o resto da macacada. Quando você menos espera, guinchados de ódio cívico se erguem da platéia, uma frota de micos, lêmures, babuínos, orangotangos e macacos-pregos se precipita sobre, você, às dentadas, piamente convicta de estar destruindo, para o bem da humanidade símia, um perigoso fascista. Cuidado, portanto, com o que diz por aí. Você não faz idéia da autoridade intelectual dos chimpanzés na terra do mico-leão.

Na verdade, a idéia, oficial de *fascismo* que se transmite nas nossas escolas não tem nada a ver com o fenômeno que em ciência histórica leva esse nome. É uma repetição fiel, devota e literal das fórmulas de propaganda concebidas por Stálin no fim da década de 1930 para apagar às pressas

a raiz comum dos dois grandes movimentos revolucionários do século e atirar ao esquecimento a universal má impressão deixada pelo pacto germano-soviético. Nessa versão, o fascismo e o nazismo surgiam como movimentos de *extrema direita*, criados pelo *grande capital* para salvar *in extremis* o capitalismo agonizante. É lindo imaginar aqueles banqueiros judeus de Berlim, reunidos em comissão médica em torno do regime moribundo, até que a um deles ocorre a solução genial: *É moleza, turma. A gente inventa a extrema-direita, ela nos manda para o campo de concentração, e pronto: está salvo o capitalismo.*

No entanto, as origens e a natureza do fascismo não são mistério nenhum, para quem se disponha a rastrear-las em autênticos livros de História.

Todas as ideologias e movimentos de massa dos dois últimos séculos nasceram da Revolução Francesa. Nasceram dela e nenhum contra ela. As correntes revolucionárias foram substancialmente três: a liberal, interessada em consolidar novos direitos civis e políticos, a socialista, ambi-

cionando estender a revolução ao campo econômico-social, a nacionalista, sonhando com um novo tipo de elo social que se substituisse a antiga lealdade dos súditos ao rei e acabando por encontrá-lo na *identidade nacional*, no sentimento quase animista de união solidária fundada na unidade de raça, de língua, de cultura, de território. A síntese das três foi resumida no lema: Liberdade-Igualdade-Fraternidade.

A conjuração igualitarista de Babeuf e seu esmagamento marcaram a ruptura entre os dois primeiros ideais, anunciando duzentos anos de competição entre revolução capitalista e revolução comunista. Que cada uma acuse a outra de reacionária, nada mais natural: na disputa de poder entre os revolucionários, ganha aquele que melhor conseguir limpar sua imagem de toda contaminação com a lembrança do *Ancien Régime*. Mas para limpar-se do passado é preciso sujá-lo, e nisto concorrem, com criatividade transbordante, os propagandistas dos dois lados: as terras da Igreja, garantia de subsistência dos pobres, tornam-se retroativamente he-

dionda exploração feudal; a prosperidade geral francesa, causa imediata da ascensão social dos burgueses, torna-se o mito da miséria crescente que teria produzido a insurreição dos pobres; a espoliação dos pequenos proprietários pela nova classe de burocratas que se substituíra às administrações locais (e que aderiu em massa à Revolução) se torna um crime dos senhores feudais. A imagem popular da Revolução ainda é amplamente baseada nessas mentiras grossas, para cuja credibilidade contribuiu o fato de que fossem apregoadas simultaneamente por dois partidos inimigos.

A terceira facção, nacionalista, passa a encarnar quase monopolisticamente o espírito revolucionário na fase da luta pelas independências nacionais e coloniais (o Brasil nasceu disso). A parceria com as outras duas transforma-se, aos poucos, em concorrência e hostilidade abertas, incentivadas, aqui e ali, pelas alianças ocasionais entre os revolucionários nacionalistas e os monarcas locais destronados pelo império napoleônico.

Pelo fim do século XIX, as revoluções liberais ti-

nham acabado, os regimes liberais entravam na fase de modernização pacífica. O liberalismo triunfante podia agora reabsorver valores religiosos e morais sobreviventes do antigo regime; tornados inofensivos pela supressão de suas bases sociais e econômicas. Ele já não se incomodava de personificar a *direita* aos olhos das duas concorrentes revolucionárias rebatizadas *comunismo soviético* e *nazifascismo*. Assim começou a luta de morte entre a revolução socialista e a revolução nacionalista, cada uma acusando a outra de cumplicidade com a *reação* liberal.

Essa é a história. O leitor está livre para tentar orientar-se entre os dados, sempre complexos e ambíguos, da realidade histórica, ou para optar pelas simplificações mutiladoras. A primeira opção fará dela um chato, um perverso, um autoritário, sempre a exigir que as opiniões, essas esvoaçantes criaturas da liberdade humana, sejam atadas com correntes de chumbo ao chão cinzento dos fatos.

A segunda opção terá vantagem de torná-lo uma pessoa simpática e comunicativa, bem aceita como igual na comunidade taga-

rela é saltitante dos símios acadêmicos.

(Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 08.07.00, e assinado pelo escritor e filósofo Olavo de Carvalho).

## SIDERURGIA E DESAFIOS

Com a reorientação estratégica da economia brasileira na década de 1990, o setor siderúrgico foi alcançado por um conjunto sem precedentes de mudanças estruturais - do controle acionário à estrutura competitiva, da relação capacidade instalada versus consumo ao direcionamento dos investimentos, dos modelos de gestão à configuração dos resultados. Em todos esses campos ocorreram avanços substantivos. Em nenhum as novas condições estabelecidas ficaram na superfície. Elas resultaram de transformações que atingiram os próprios fundamentos estratégicos e operacionais.

No início da década de 1990, das dez maiores empresas do setor siderúrgico no País, oito eram estatais, apenas duas de controle privado. Não obstante a primeira iniciativa de por-

te no País tenha sido de origem estrangeira e de controle privado, o Estado chamou para si, ainda na primeira metade do século, a expansão desse setor de base, entendendo-o como de interesse estratégico. Essa concepção fortaleceu-se durante as quatro décadas seguintes, quando os investimentos estatais elevaram para níveis próximos de 90% a produção siderúrgica de controle público no País.

Na década de 1990, recuaram tanto o apetite empresarial do Estado quanto seu fôlego para novos investimentos em siderurgia, não obstante se prenunciassem movimentos de alta na utilização de insumos siderúrgicos no País, bem como a maior inserção desse setor nos fluxos de comércio da economia, mais aberta e globalizada.

A privatização radical apresentou-se então como resposta estratégica à incompatibilidade que se estabelecera entre as limitações orçamentárias do Estado e as iniciativas de expansão exigidas. O desengajamento do Estado deu-se a uma alta velocidade e as oito siderúrgicas estatais implantadas durante cinco décadas foram privatizadas

em cinco anos. Deslocava-se das altas esferas do Governo para os conselhos de administração de empresas privatizadas a responsabilidade de corresponder aos novos desafios.

Em paralelo a essa transferência de responsabilidade, a privatização do setor siderúrgico implicou quatro mudanças de alta significação: 1. Término de um longo ciclo histórico de reservas de mercado, em que cada uma das empresas estatais do setor operava em segmentos não concorrentes entre si; de agora em diante, cada uma das empresas é entrante potencial em todos os segmentos, sem quaisquer formas de restrições de mercado, quebrando-se em consequência as barreiras institucionais de entrada. 2. Ingresso de novos *players*, originários de setores que sempre enfrentaram outra dinâmica competitiva, com o que introduziram no setor siderúrgico nacional novos modelos e novas ferramentas de gestão. 3. Ampliação dos graus de competição dentro do setor, estendendo-se ao segmento de produtos planos a vitalização originária da competição até então praticada no seg-

mento privado de produtos longos. 4. Subordinação das decisões de investimento não mais à lógica estratégica da construção de uma economia auto-suficiente em suprimentos básicos, mas à lógica das oportunidades estratégicas de mercado, definidas primordialmente pela atratividade do negócio.

Esse conjunto de mudanças levou a muitas outras. As principais foram: 1. Reestruturação interna das empresas privatizadas. Com a adoção de programas de desligamento voluntário, de não reposição de quadros que alcançavam a aposentadoria, o efetivo reduziu-se de 65.896 para 37.292, no período 1992-98, com diminuição de 43,5%. A produção evoluiu de 17.367 para 19.239 milhões de toneladas/ano, expandindo-se 10,8%. A produtividade expandiu-se 95% no período, mais do que a da indústria de transformação, que se aproximou de 70%. 2. Rápida definição de expressivos programas de investimentos em modernização, atualização tecnológica e expansão, totalizando, para o período 1994-2002, US\$ 12,8 bilhões. 3. Estruturas de novo modelo de distri-

buição, mais ágil e mais bem preparado para atender à dinâmica de uma economia com maior inserção global e mais competitiva. As bases do modelo foram a utilização da figura do operador logístico e a implantação de bases mais próximas dos mercados. Com a chegada do *e-business* esse modelo sairá ainda mais fortalecido. 4. "Ampliação" dos produtos gerados, tanto no segmento de planos como no de longos.

Esse expressivo conjunto de mudanças corresponde ao que se poderia chamar de primeiro grande ciclo de reconfiguração do setor siderúrgico. Embora algumas mudanças ainda estejam em consolidação, ele encerrou-se com a década de 1990.

Inicia-se agora um segundo ciclo, ainda mais alinhado às tendências do setor no âmbito mundial.

Das tendências globais mais impactantes destacamos três: 1. Maior abertura comercial, ampliando-se os fluxos mundiais de exportação/importação de produtos siderúrgicos básicos. Em 1989, apenas 14% do aço produzido no mundo encaminhavam-se para as vias do comércio exterior. Dez anos depois,

em 1999, os fluxos totais representam 24% da produção global. Estimativas conservadoras para daqui a 10 anos apontam para um coeficiente de 31%. Da produção mundial de 2010, estimada em 966,9 milhões de toneladas/ano, 299,7 milhões deverão passar pelas vias do comércio interfronteiras. 2. O crescimento projetado do consumo aparente do aço na próxima década será muito maior nos países em desenvolvimento e emergentes do que nos desenvolvidos. As taxas de crescimento do consumo do aço nos Estados Unidos, Japão, União Européia e outros países avançados ficarão próximas de 1,1% ao ano, com variação acumulada de 11,6% de 2000 a 2010. Já na China, na Nova Ásia Industrial, no Oriente Médio, na África, na América Latina e na Europa do Leste as taxas projetadas de crescimento são, sem exceção, superiores a 3% ao ano, com média ponderada de 3,51%. Isso corresponde a uma expansão acumulada na próxima década de 41,2% nesse grupo de países. 3. A produção mundial do aço deve deslocar-se na direção dos países

emergentes e em desenvolvimento. Em 1970, apenas 15% da produção global eram realizados fora dos países desenvolvidos. Em 1998, essa taxa ampliou-se para 36%. As projeções apontam para 44% em 2010. Em relação à produção mundial projetada para 2000, de 778 milhões de toneladas, a participação da América Latina é de 6,7%, e a do Brasil de 3,2%. Para 2010, essas participações devem ampliar-se minimamente para 8,3% e 4,2%. A maior expressão que o Brasil poderá ter deverá atrair investidores externos, como tem ocorrido nos últimos cinco anos.

A atividade que o País já apresenta deve ampliar-se em função da disponibilidade mineral, mas, mais do que isso, da alta elasticidade da demanda por produtos siderúrgicos em relação ao aumento da renda, das dimensões do mercado, do peso do País na América Latina e das expectativas de crescimento econômico a taxas médias anuais superiores às da economia mundial.

Apresentam-se como tendências de alta probabilidade: A) maior presença do País no mercado mundial



do aço, embora ainda prevalecendo exportações de produtos *commodities*, dadas as barreiras protecionistas crescentes impostas aos segmentos de maior valor adicionado; B) a ampliação do consumo *per capita* de aço no País, ainda baixo em relação aos padrões mundiais (94k/ano, contra 129 médios mundiais 460 dos países desenvolvidos); C) mudança no composto setorial da demanda interna de insumos siderúrgicos, expandindo-se sua presença em setores como a construção civil; D) continuidade dos investimentos, com expansão da capacidade instalada e atualização tecnológica; E) maior especialização da produção por parte das empresas, em paralelo à expansão de linhas de produtos tecnologicamente correlatos; e F) otimização das estruturas corporativas de controle do setor, via novos arranjos societários, aquisições e fusões.

O que está em jogo agora é a busca de eficácia *world class*, em múltiplos campos: vínculos global-localizados, dimensão das plantas, tecnologias de processo, linhas especializadas de produtos, modelos internos de gestão, modelos

logísticos de distribuição e de serviços. Em uma única expressão: governança corporativa competente.

Em paralelo aos esforços das empresas, crescentemente livres para a busca de novos posicionamentos estratégicos, inclusive no plano societário, um novo padrão de atuação do Governo no setor passa a ser também de alta relevância. Com o desencajamento do Governo, como empreendedor no setor, sua atuação em defesa dos interesses da siderurgia do País nos megamercados mundiais é um dos pré-requisitos para a expansão da presença do Brasil na siderurgia global. A tendência histórica reforça a projeção da maior participação dos países emergentes nos fluxos globais de comércio de produtos siderúrgicos. Mas os espaços serão ocupados pelos países em que a alta qualidade da estratégia e da governança das empresas for complementada pela capacidade de negociação da chancelaria no destravamento dos contenciosos.

Torna-se assim evidente a diferença essencial de conteúdo entre as mudanças ocorridas no ciclo da década de 1990 e as que se

esperam para a primeira década de 2000.

No primeiro ciclo, as mudanças centraram-se no desencajamento do Estado, na reestruturação do controle e nos ganhos internos de eficiência e de produtividade das empresas. No segundo, que agora se inicia, os lances deverão centrar-se em ganhos de eficácia estratégica das empresas no País e do setor no mundo: aos padrões *world class* de operação das empresas em todos os campos, deverá somar-se a salvaguarda dos interesses do País em temas globais. Consequentemente, tanto nas empresas como no Governo torna-se imperativa a presença de jogadores que atuem nos limites possíveis da eficácia estratégica. Como registra Warren Bennis, os desafios destes novos tempos não são para jogadores finitos que joguem apenas dentro dos limites, mas para os que sejam capazes de ir além. Os novos padrões de eficácia requeridos são para jogadores infinitos que joguem com os limites.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 20.06.00, e assinado pelo Presidente da Usiminas, Rinaldo Campos Soares).

## REVER O PROCESSO NUCLEAR

O setor nuclear brasileiro é certamente o segmento industrial do País mais auditado, fiscalizado e monitorado. Já ouviu duas CPIs nucleares, caso inédito em se tratando de um setor produtivo nacional. Tivemos recentemente uma Câmara Técnica Especial sobre Angra 2, no âmbito do Conama, com a participação de ONGs, empresas e agências oficiais de regulamentação e fiscalização. As ONGs, Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas, meios de comunicação, prefeitos, governadores, secretários e atualmente o Ministério Público exercem uma vigilância permanente sobre as atividades nucleares no País. A pergunta que se faz é: isso está trazendo resultados para a sociedade?

Do ponto de vista de satisfação política para a sociedade, certamente que sim. O setor nuclear deve, em princípio, até agradecer esse sistema de auditoria, pois tem permitido a demonstração dos baixos riscos e impactos que a energia nuclear oferece. Vale ressaltar que o Brasil não está

isolado no uso da energia nuclear. Na realidade, nestes últimos dez anos foi realizado um grande esforço internacional no desenvolvimento de usinas nucleares mais seguras e eficientes, tanto que os índices de eficiência pularam da faixa dos 65% para 85% de aproveitamento.

Mais: desautorizando as previsões alarmistas, as usinas não estão sendo desligadas. Pelo contrário, só nos Estados Unidos 104 usinas continuam operando e três delas obtiveram licença para períodos adicionais de operação - e, claro, competindo de igual para igual no mercado cada vez mais desregulado. Na União Européia, a discussão atual é sobre o dilema de como atingir os compromissos de redução das emissões de CO<sub>2</sub>, assumidos no Protocolo de Quioto, sem o uso intensivo da nucleoeletricidade, comprovadamente não-emissora dos gases do Efeito Estufa. Na Alemanha, depois de extensos debates, foi definido o destino definitivo para os rejeitos radioativos.

Voltando ao ponto central, é preciso tomar cuidado para que algumas ações ditas fiscalizatórias não ve-

nam a servir a interesses políticos ou ideológicos, ou mesmo externos, no sentido de atrapalhar e até mesmo impedir o exercício das atividades do setor nuclear. Essas ações certamente em nada contribuiriam para a devida satisfação da sociedade, pelo simples fato de serem facciosas.

Outro lado da moeda seria o resultado prático em termos do aperfeiçoamento do processo de licenciamento e fiscalização e seus impactos econômicos. Nesse campo, o setor nuclear se junta a outros segmentos produtivos, que encontram dificuldades de harmonizar as necessidades de gerar negócios e implantar novos projetos, com capacidade de competição, principalmente no mercado externo, tendo que enfrentar indefinições e conflitos no campo da legislação e da processualística de licenciamento e fiscalização ambiental.

Pela carência histórica das entidades oficiais encarregadas das atividades de licenciamento e fiscalização, a aplicação da legislação adquire um caráter fortemente verificativo e formal, onde vale muito mais o preenchimento dos requisitos documentais e muito

menos a consideração dos riscos e impactos efetivos. Seria muito bem-vindo um esforço maior na capacitação, aperfeiçoamento e valorização dos quadros profissionais que atuam nas agências oficiais e em todo o sistema ambiental.

Diante das imperfeições na legislação, relativamente recente, carência de regulamentação e uniformização de procedimentos, esse processo ritualístico enseja interpretações e posturas que trazem insegurança para todos os agentes envolvidos, paralisando empreendimentos, dificultando operações comerciais, gerando passivos, multas e – o que é pior – não evitando aquilo que deveria ser evitado: os grandes impactos ambientais. É um jogo onde todos estão perdendo, onde proliferam os *não é comigo, vou multar, aguarde decisão futura, faça mais audiências públicas* e assim por diante.

Estamos de fato num rio de águas turvas, propício aos que ali buscam proveito. Está na hora de rever todo o processo, de forma a criar um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico verdadeiramente sustentável, no qual os

negócios sejam competitivos e o meio ambiente preservado de fato, e não só no papel. Cabe um esforço do segmento empresarial, dos governos e suas agências e das ONGs sérias, para mudar radicalmente o andamento desse processo, estabelecer um novo paradigma. E qual seria esse novo paradigma?

A idéia é estabelecer um sistema calcado na mútua responsabilidade, mútua confiança e baseado em riscos e impactos reais. Há que se criar um clima de cooperação entre indústria e agências reguladoras, licenciadoras e fiscalizadoras, ampliando, padronizando e harmonizando os procedimentos com as esferas estaduais e municipais, numa parceria em que a multa, os processos judiciais e a formalidade burocrática passariam a ser a exceção, e não a regra.

O setor nuclear brasileiro tem sido pioneiro em diversas frentes. Foi assim em termos de acordos internacionais, tanto de cooperação tecnológica como nos de segurança e salvaguardas, foi pioneiro em termos de conceitos de garantia e controle de qualidade e está sendo em ter-

mos de legislação e processos na área ambiental. Queremos compartilhar essas experiências tornando-as úteis a todos os demais setores, de modo a remover barreiras que dificultam o aumento de nossa competitividade. Cabe um grande esforço comum para entrarmos no século XXI com a casa arrumada, prontos para enfrentar os crescentes desafios da globalização. E sem espaço para os pescadores de águas turvas.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 09.06.00, e assinado pelo Presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear, Engenheiro Everton Carvalho.

## NÃO BASTA INVESTIR

**A**té o fim da Segunda Guerra pouco se falava em desenvolvimento econômico. A questão mais quente era como controlar as flutuações da economia, os ciclos de prosperidade e depressão. Depois da guerra, no entanto, tudo mudou, e depressa.

Tinha havido uma enorme transformação do ambiente. Depois de dez anos de Depressão e mais seis de

guerra, todos os povos queriam recuperar o tempo perdido. A palavra chave era *reconstrução*. Isso queria dizer políticas, programas e projetos que só pareciam factíveis com recursos e liderança do setor público. Em 1936, Keynes havia feito a cabeça dos economistas - deixando sem graça, por um quarto de século, os neoclássicos tradicionalistas - com uma idéia surpreendentemente simples: a de que, numa conjuntura recessiva, em que há ociosidade de mão-de-obra e de máquinas e equipamentos, pode-se aumentar a demanda real simplesmente pela injeção de recursos para aumentar a demanda monetária. Criando dinheiro, o Governo conseguiria provocar um aumento efetivo da renda e graças a isso, reduzir o desemprego da força de trabalho. No pensamento de Keynes, isso só ocorreria em situações recessivas, mas a tentação de esquecer esse *detalhe* seria grande demais para os políticos.

Outra novidade teórica de um brilhante economista soviético da década de 1920, N. Kovalsky, que passaria despercebida durante muito tempo, foi o uso

da relação capital/produto para projetar o crescimento do País. Essa idéia manipulada décadas mais tarde por dois economistas ocidentais - R. Harrod e E. Domar -, se transformou num famoso modelo, que se popularizou de modo fulminante entre os planejadores desenvolvimentistas.

Depois da guerra, todas as regiões coloniais queriam ficar independentes. Algumas partiram para a luta armada contra as metrópoles mais renitentes, como Bélgica, Holanda, França e Portugal. Outros colonizadores, como Inglaterra e Estados Unidos, tiveram mais bom senso. No final de três décadas, perto de uma centena de novos Estados havia surgido, todos sequiosos por rápido desenvolvimento.

Receitas simples têm grandes vantagens. E foi o que aconteceu com o modelo Harrod-Domar.

Naquele momento, era razoável supor que: 1) havia grande redundância de mão-de-obra na agricultura; 2) o capital (máquinas, equipamentos) era o fator mais escasso; e que 3) seus rendimentos eram lineares, isto é, diretamente proporcionais à quantidade disponí-

vel. Tornou-se irresistível a tentação de um modelo fácil: com um coeficiente capital/produto de três, para o País crescer a 7% ao ano, digamos, bastaria ao Governo promover um investimento líquido de 21% do PIB - dele próprio, dos investidores privados e de fontes estrangeiras.

Inutilmente Domar, algum tempo depois, renegou sua fórmula por ser simplista demais. Era exatamente esse simplismo que a popularizava. Os teóricos sérios sempre souberam que a realidade era muito mais complexa, incluindo complicadores tais como a distribuição dos recursos naturais, a posição geográfica, a tecnologia, a cultura, os valores sociais, as instituições, a segurança e a estabilidade das leis, a liberdade de iniciativa e o direito aos frutos da atividade econômica. Max Weber chegou mesmo a ampliar o êxito histórico do desenvolvimento capitalista do centro-norte europeu pelos valores individualistas do protestantismo.

O simplismo de Harrod-Domar fez esquecer um princípio econômico elementar, que o professor W. Easterly formulou da se-

guinte maneira: *as pessoas respondem a incentivos.*

Em 1960, W.W. Rostow publicou um *best seller*, *Os estágios do crescimento econômico*, em que classificava cinco estágios econômicos até se chegar à “decolagem” para o desenvolvimento auto-sustentado. Este dependeria do aumento da formação de capital. E se tornaria mais ou menos automático quando atingida uma relação adequada entre investimentos e PIB. No contexto da Guerra Fria, quando os Estados Unidos pareciam estar perdendo a corrida tecnológica e econômica contra a falecida União Soviética, surgiram os grandes planos de ajuda externa para subsidiar o crescimento econômico. Era preciso fazer alguma coisa para ganhar a guerra e a fórmula de crescimento automático pela intensificação de investimentos era uma arma disponível para os países ricos exportadores de capital.

Solow, cujo modelo foi o sucessor do de Domar, chamou atenção para o princípio que ficou conhecido como *produtividade total dos fatores*. Ou seja, a produção não é função apenas do capital e do traba-

lho, mas também da tecnologia. Disso tirou o resultado surpreendente de que o crescimento a longo prazo é função apenas das mudanças tecnológicas e não da taxa de investimento, a qual determina só o nível do produto. Ultimamente, houve uma inovação teórica importante. A lei dos rendimentos decrescentes só se aplicaria aos setores convencionais. Nos setores de alta tecnologia como a Internet, os rendimentos seriam crescentes, pois a ampliação indefinida dos usuários reduziria os custos de transação, aumentando a produtividade global.

Dois exemplos ilustram a importância da qualidade e da eficiência do investimento. Um deles é o da União Soviética, que experimentou estagnação econômica na década de 1980, apesar de taxas de investimento da ordem de 30% do PIB. O outro é o do Brasil em seus investimentos sociais. Como proporção do PIB, nossos gastos sociais são bastante elevados, mas os resultados são pífios, colocando-nos em posição desonrosa em matéria de índice de desenvolvimento humano.

Na ânsia de descobrir o milagre do desenvolvimen-

to, os economistas vêm sempre acrescentando novas variáveis explicativas. No final, talvez aprendam que não podem prever trajetórias tão exatas como a física permite em relação aos foguetes. Voltamos sempre aos velhos fundamentos conhecidos desde Adam Smith: governo pequeno e honesto, tributação moderada, respeito ao direito de propriedade e melhoria do agente econômico pela competição e pela educação. Não basta investir. É preciso investir bem.

(Reprodução de artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, edição de 30.01.00, e assinado pelo Economista e Diplomata Roberto Campos)

#### QUEM ATRASA A AMÉRICA LATINA?

Se citar a política americana na América Latina e as barreiras às exportações do MERCOSUL, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a consultoria Arthur Andersen e dezenas de empresários divulgaram há dias uma série de estudos sobre a região. Diagnóstico: a América Latina está distan-

te do resto do mundo nos indicadores sociais, seu Produto Interno Bruto per capita perde para os da Europa Oriental, Oriente Médio e Leste Asiático, a distribuição de renda consolida-se como a terceira pior do planeta e a corrupção e o desemprego campeiam na maioria dos países.

Cientistas políticos, como o mexicano Jorge Castañeda não têm dúvida de que a região pode estar se dividindo em futuras zonas de influência política e comercial, disputadas por Brasil e México, tendo em vista a formação de nova área de livre comércio sul-americano. A América Latina será um fracasso crônico, uma realidade fictícia, uma economia incapaz de reagir, uma dolorosa dependência dos ricos ou um patético exemplo de incapacidade de dirigir o seu próprio destino?

Em cinco décadas, segundo o estudo *Além da economia*, do BID, um quarto da renda da região foi para somente 5% da sua população, com destaque negativo para o Brasil, que detém a maior concentração entre os países latino-americanos. Apesar dos investimentos em educação e

saúde e do apreço à democracia, em 1999 os latino-americanos ganhavam US\$ 3.100 per capita - menos de um terço do que ganham os cidadãos dos 23 países ricos - e tiveram um crescimento volátil nos últimos 40 anos, o que comprometeu os investimentos.

Os dados divulgados evocam uma velha frase do ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger. Após visitar o Brasil, na década de 1960, ele afirmou, frustrado: *Os parâmetros da História não passam pela América Latina*. O BID afirma que um cidadão latino-americano recebe, em média, atualmente, US\$ 10.600 menos de renda per capita que um cidadão de um país desenvolvido - em termos de PIB na América Latina, isso significa US\$ 6,6 mil de renda per capita.

Mas será que todos esses dados são suficientes para se explicar o enigma do atraso e da pobreza ou seriam reflexo das vacilações políticas, do protecionismo econômico e da ignorância dos países ricos sobre essa região?

Como muitas partes do mundo, a América Latina tem ficado à margem do processo de globalização e

crescimento, mas isso não é resultado apenas de políticas públicas ineficazes, mudanças nas regras do jogo, que dificultam investimentos, e indolência dos governos. Ou de uma fatalidade geográfica - como chegou a reconhecer o BID em seu relatório - que transforma algumas das sub-regiões situadas ao norte e ao sul do hemisfério nos lugares mais inóspitos e abandonados da terra. A questão é outra: antes de ser um retorno à velha ordem e à dependência exclusiva dos Estados Unidos, a estagnação, o desemprego e a instabilidade dos 32 países da América Latina e do Caribe (exceto Cuba), pesquisados pelo BID, resultariam das sanções contra as exportações da região.

O estudo do BID reconhece, por exemplo, que a América Latina, sobretudo o Brasil, fez grandes avanços na saúde, com redução da mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida, além de entrar no novo século com a democracia mais consolidada, a economia mais saudável e a população mais instruída que em décadas anteriores. No Brasil, os gastos de US\$ 240 per capita em saúde são

maiores do que os do Chile, México, Colômbia, Paraguai, Bolívia e outros, enquanto o crescimento de 2,8% do PIB per capita brasileiro, no período 1950-98, ficou só um ponto percentual abaixo dos países desenvolvidos.

Os números comprovam, no entanto, que a distância entre a América Latina e as economias avançadas tende a se manter. O que muitos afirmam é que o abismo poderia ser menor se a região pudesse conviver com o livre comércio, sem os protecionismos que causam pobreza, como declarou, recentemente o presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Jório Dauster, na Cúpula Econômica do MERCOSUL, no Rio.

A declaração é oportuna na ocasião em que o Canadá, por exemplo, pede à Organização Mundial do Comércio licença para retaliar por sete anos, em US\$ 3,28 bilhões, como única saída não negociada, as exportações de aviões brasileiros produzidos pela Embraer. Conforme o embaixador, o MERCOSUL poderia exportar cerca de US\$ 6 milhões a mais por ano, se as barreiras protecionistas impostas a seus produtos pelos países europeus e pelos EUA fossem eliminadas, com o fim das subvenções nos setores agrícola e siderúrgico. Mais oportuno ainda é destacar sete novas frentes de disputa comercial que os EUA decidiram abrir na

OMC contra o Brasil, a Argentina e outros países (Índia, Filipinas, Romênia e Dinamarca), acusando-os de práticas que afetam os negócios americanos.

Em grande parte, é enfrentando essas pressões que as nações latino-americanas mais pobres encontram o caminho para se desenvolverem, se definirem como sociedades e descobrirem seu futuro num mundo que, de algum modo, equilibre justiça social e independência econômica.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 06.06.00, e assinado por Miguel Jorge, Vice-presidente de Assuntos Corporativos da Volkswagen do Brasil).

*“Creio na grandeza do Brasil.  
Creio que a grandeza do Brasil depende  
muito mais da família do que do Estado,  
pois a consciência nacional é feita da alma  
do educador que existe em cada lar.”*

*Presidente Médici*